

ATA DA SEXAGÉSIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESPECIAL PARA APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO ÍNDICE DEFINITIVO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO ICMS – CEIPM-IPM 2018.

1 Aos 20 dias do mês de agosto do ano de 2018 reuniram-se na Sala de Reuniões do  
2 prédio da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins – SEFAZ-TO, em Palmas às  
3 15h30 em segunda instância, os Senhores Conselheiros, Sandro Henrique Armando,  
4 Secretário da Fazenda e Presidente do Conselho – titular, Marco Antônio da Silva  
5 Menezes, Secretário Executivo – titular, e João Herculano Júnior, Secretário Executivo  
6 – suplente, todos representando a Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins –  
7 SEFAZ, o Senhor Ruy Reis de Souza, suplente, representante do Instituto de Natureza  
8 do Tocantins - NATURATINS, o Senhor Claudeci Bandeira Brito, Titular, e a Senhora  
9 Eleusa Furtado de Oliveira, suplente, representantes do Tribunal de Contas do Estado  
10 do Tocantins e o Senhor Fábio Pereira Vaz, suplente, da Associação Tocantinense dos  
11 Municípios – ATM. Encontravam-se presentes também, os técnicos da Diretoria de  
12 Informações Econômicas e Fiscais, as Sras. Carlla Soares de França, Silvania Maria  
13 Coelho Folha Moreira e o Sr. Mayko Antônio Tenório César. E como ouvintes, os Srs.  
14 Mário César, Robson Tiburcio dos Santos, Diego Rocha, Ronildo Borges de Sousa e  
15 Pablo de Sousa, bem como as Sras. Keila Iwasse Evangelista e Aline Maria Constantin.  
16 O Senhor Sandro Henrique Armando realizou a chamada dos membros do Conselho, e  
17 por haver quórum instaurou e abriu a sessão, em seguida passou a palavra ao Sr. João  
18 Herculano, o qual esclareceu as dúvidas levantadas pelo município de Gurupi e  
19 Palmeirópolis durante a última reunião, e informou que em decorrência de tais  
20 questionamentos, foram feitas alterações no índice relativo ao Meio Ambiente no  
21 quesito “Conservação do Solo”. Deu a palavra ao Sr. Mayko Tenório, Gerente de  
22 Informações Econômico-Fiscais, que prosseguiu com os esclarecimentos a respeito das  
23 mudanças dos valores do IPM – Definitivo resultantes da reavaliação das impugnações.  
24 O Sr. Ruy Reis explicou que o técnico da Prefeitura de Gurupi esteve no NATURATINS e  
25 que o responsável pelo Parecer Técnico emitido pelo referido Instituto demonstrou  
26 que não havia como pontuar nos quesitos impugnados. Afirmou que apesar do  
27 Município ter demonstrado quase 100% de desenvolvimento ambiental, ele não  
28 preencheu os requisitos da função 17, a qual é responsável, juntamente com a função

29 18, pela maior valoração dos questionários. Restando, assim, dirimidas as dúvidas do  
30 Município de Gurupi quanto aos critérios de Meio Ambiente de competência do  
31 NATURATINS, não havendo alterações. Tomou à palavra o Sr. Pablo de Sousa,  
32 representante do RURALTINS. Que atestou as mudanças de pontuação referentes ao  
33 índice “Conservação do Solo”, devido a uma revisão da análise das impugnações dos  
34 municípios de Gurupi e Palmeirópolis. A Sr. Aline esclareceu sobre a relevância da área  
35 no quesito ambiental de “Unidade de Conservação e Terras Indígenas”, visto que o  
36 Município de Gurupi, em consequência disto ficou com uma pontuação menor do que  
37 o esperado pelo referido Município nos quesitos de Meio Ambiente. A Sra. Keila Iwasse  
38 pontuou que o município de Gurupi tem muitos programas de preservação de  
39 Unidades de Conservação, mas que deixa de pontuar em função da área. Afirmou que  
40 os municípios que tem maior pontuação nesse quesito são os que detêm maior  
41 extensão territorial destinada às áreas de conservação. Em seguida, o Sr. Mayko  
42 Tenório deu prosseguimento a apresentação dos Índices, agora com os novos valores.  
43 Neste sentido, apresentou um quadro demonstrativo de variação em ordem  
44 decrescente de índice, contendo ainda o Município de Palmas com o índice de maior  
45 valor. Em seguida, expos o Anexo I, o qual contem o índice médio, depois o Anexo II, o  
46 qual contém os valores finais do Índice de Participação dos Municípios. Em ato  
47 contínuo mostrou os novos índices dos municípios de Gurupi e Palmeirópolis.  
48 Prosseguiu avisando aos conselheiros, que a SEFAZ teve que fazer alterações de ofício  
49 nos VAs de alguns municípios, por conta de empresas que retificaram seus DIFs de  
50 última hora, de modo desleal, orientadas por um consultor dos municípios,  
51 beneficiando estes e prejudicando os demais municípios. O Sr. João Herculano  
52 reafirmou as informações dispostas pelo Sr. Mayko, acrescentando que os autos  
53 referentes a estas alterações indevidas serão encaminhados a Delegacia Fazendária  
54 para averiguar os fatos. O Sr. Marco Antônio destacou a importância das ações  
55 conjuntas das Prefeituras com a SEFAZ para se prevenir os erros e omissões dos DIFs.  
56 Prosseguindo, o Senhor Sandro Henrique Armando abriu votação para aprovação do  
57 IPM Definitivo, sendo este aprovado por unanimidade. Em seguida o Sr. Sandro deu a  
58 palavra para quem quisesse fazer mais algum apontamento. Manifestou-se o Sr. Fábio,  
59 alegando que a presença do RURALTINS é indispensável nas Reuniões do IPM. Além  
60 disto, questionou a ausência das ações da SEFAZ nos municípios mais afastados, bem

61 como a falta de exposição do andamento das análises das impugnações. Tomou a  
62 palavra o Sr. João Herculano e afirmou que os prazos são muito apertados para o  
63 fechamento do IPM Definitivo e que a maioria dos municípios deixa para protocolar a  
64 impugnação no ultimo dia do prazo, o que aperta ainda mais o nosso prazo, além do  
65 mais, quem aprova o IPM é o Conselho, a equipe responsável pelos Índices apenas  
66 coleta os dados e os organizam. Retomou a palavra o Sr. Fábio, que disse que entende  
67 o posicionamento da equipe, mas que com a maior exposição dos mecanismos de  
68 elaboração do IPM as prefeituras poderiam se dirigir ao Conselho e apontar seus  
69 argumentos. O Sr. João Herculano asseverou que há uma proposta para a  
70 desvinculação das Avaliações de Aplicação dos Municípios quanto ao critério relativo  
71 ao Meio Ambiente, para que os Municípios possam entrar com recurso antes mesmo  
72 de virar IPM, para que quando este vier a complementar o índice as discussões com  
73 relação ao mesmo já estejam sanadas. O Conselheiro Fábio Pereira Vaz pediu a palavra  
74 e passou para o Sr. Robson Tiburcio dos Santos, representante do Município de Gurupi.  
75 O Sr. Robson agradeceu pelos esclarecimentos e atenção que os técnicos do  
76 NATURATINS e RURALTINS deram às questões levantadas pelo Município de Gurupi. E  
77 pontuou mais duas questões, a primeira em relação às doações de calcário e a outra  
78 em relação à análise da água, às quais possuem pontos divergentes entre o Conselho  
79 Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e o Conselho Estadual de Meio Ambiente do  
80 Estado do Tocantins - COEMA. O Sr. João Herculano explicou que as questões  
81 relacionadas à água e calcário devem ser levadas para serem discutidas no âmbito do  
82 COEMA, visto ser o Conselho responsável para regular sobre estas questões. A Sra.  
83 Aline Maria afirmou que para ter uma boa qualidade da água os municípios teriam que  
84 apresentar todas as exigências presentes nas Resoluções do COEMA, mas que as  
85 questões referentes à água foram reformuladas pela Câmara Técnica do ICMS  
86 Ecológico vinculada ao COEMA. O Sr. Mayko Tenório falou da previsão de um portal  
87 para os Conselheiros e para os Prefeitos, para a divulgação dos pareceres das  
88 impugnações, para que tomem ciência antes de findo o prazo do IPM Definitivo. O Sr.  
89 Fábio destacou a ausência da Assembleia nas Reuniões do CEIPM, deixando os  
90 municípios fragilizados com a aprovação de leis que não condizem com a realidade dos  
91 mesmos. O Senhor Sando Henrique Armando falou da possibilidade de encaminhar  
92 ofício para Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, enfatizando a importância

93 de participação de seus representantes junto ao Conselho do IPM. O Sr. João  
94 Herculano falou da possibilidade de realizar uma reunião extraordinária antes do final  
95 do ano para serem revistos os membros do Conselho do IPM. O Senhor Sandro  
96 Henrique Armando aprovou a ideia. Depois de esplanadas demais dúvidas, o senhor  
97 Sandro Henrique Armando deu por encerrada a presente sessão, agradecendo a  
98 presença e participação de todos os presentes, e eu, Sara Santos Brígia  
99 \_\_\_\_\_ lavrei a presente Ata, que lida e aprovada é firmada pelos  
100 presentes.

**SANDRO HENRIQUE ARMANDO**

Presidente CEIPM

Marco Antônio da Silva Menezes  
Secretário Executivo – titular  
ICMS/CEIPM/ IPM

João Herculano Júnior  
Secretário Executivo – suplente  
ICMS/CEIPM/ IPM

Ruy Reis de Souza  
Suplente/NATURATINS  
ICMS/CEIPM/ IPM

Fábio Pereira Vaz  
Suplente/ATM  
ICMS/CEIPM/ IPM

Claudeci Bandeira Brito  
Titular/TCE  
ICMS/CEIPM/ IPM

Eleusa Furtado de Oliveira  
Suplente/TCE  
ICMS/CEIPM/ IPM

**INSTITUIÇÕES AUSENTES:**

Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins